

A cooperação internacional e os estudos geográficos – um olhar sobre estratégias Chinesas para a África e a Ásia Central.

International cooperation and geographic studies – a look at Chinese strategies for Africa and Central Asia

André Santos da Rocha
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ
asrgeo@gmail.com

Jonathan Christian Dias dos Santos
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ
jonathan_christian95@hotmail.com

Pablo Ibañez
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ
ibanez.pablo@gmail.com

Resumo

A geografia possui um papel importante para a leitura das transformações hegemônicas no mundo contemporâneo. Entre essas mudanças, inserem-se as estratégias de cooperação internacional, que desenham geografias a partir da territorialidade de empresas e atores governamentais, produções de regiões e circuitos econômicos, e projeções geopolíticas de alianças de poder. As estratégias tomadas pela China para África e a Ásia Central nos últimos anos serve como exemplo das mudanças na ordem hegemônica global e revela as aproximações entre a geografia e a cooperação internacional.

Palavras-chave: Geografia, Cooperação Internacional, China, África, Ásia Central.

Abstract

Geography plays an important role in reading the hegemonic transformations in the contemporary world. Among these changes are the international cooperation strategies, which design geographies based on the territoriality of companies and governmental actors, production of regions and economic circuits and geopolitical projections of power alliances. In recent years, the strategies taken by China for Africa and Central Asia are examples of changes in the global hegemonic order and reveal the approximations between geography and international cooperation.

Keywords: Geography, International cooperation, China, Africa, Central Asia.

Introdução – Algumas Questões teórico-metodológicas entre geografia e cooperação.

O debate geográfico na escala mundo tem ganhado força nos estudos brasileiros. Nos últimos anos, ocorreu uma série de eventos que materializaram grupos de trabalho e redes de pesquisa na interface entre geografia e relações internacionais¹. É perceptível que alguns temas já estejam consolidados, sobretudo envolvendo debates teóricos sobre: geopolítica nacional e internacional (COSTA, 2008); integração regional (VITTE, 2019; RUCKET et al, 2018); fronteiras (MACHADO, 2000); segurança internacional; e até mesmo a temática ambiental (RIBEIRO, 2008; OLIVEIRA, 2019).

Uma das abordagens que vem emergindo nos estudos brasileiros refere-se à cooperação internacional e a diplomacia sob a análise geográfica (ROCHA, 2018; IBAÑEZ, 2020b). Estes estudos, já presente na geografia italiana e inglesa (DANSERO et al, 2008; MAWSDLEY, 2015), estão diretamente associadas as perspectivas da complexidade do mundo contemporâneo e possibilitam apreender as dinâmicas de cunho econômico e político que sistematizam novas geometrias de poder (AGNEW, 2008). O poder que se desenvolve de forma variada, atualmente se alicerça não apenas na atividade militar bélica, mas, também, nas expressões econômicas, diplomáticas e políticas (NYE, 2012). Essas movimentações no cenário internacional que projetam novas arquiteturas e redes hierárquicas, reconfiguram territórios e projetam hegemonias regionais-globais, que se afirmam nas estratégias dos Estados e de entidades supraestatais. Essas transformações estão, como intitulado no livro de Claude Raffestin (1993), desenhando novas “geografias de poder”, pois cada movimento no xadrez geoeconômico internacional indica a possibilidade de uma “grafia” de poder. Para Rocha (2019b, p.318), é possível pensar indicadores dessa grafia pelas seguintes linhas:

¹ É possível relatar a consolidação de eventos como: o CONGEO – Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Ordenamento do Território; o Simpósio Nacional de Geografia Política, Território e Poder; e a organização de inúmeros grupos de trabalho no evento da ANPEGE. Esses eventos são espaços de difusão e reflexão sobre questões que envolvem a escala mundo.

[a] *a projeção hegemônica e geopolítica que media novas relações de poder* - que permite analisar as estratégias traçadas pelos países no que tange a dimensão diplomáticas em acordos de cooperação, permitindo uma qualificação seja ela Sul-Sul ou Norte-Sul no geoeconomia do sistema mundo, seja ela mais heterodoxia ou mais pragmática (MAWDSLEY, KIM, MARCONDES, 2017; MARCONDES & MAWDLEY, 2017; ROCHA,2014);

[b] *a transformação material no território* - que indica a “Geografia na cooperação” através da visualização e compreensão dos modelos de integração regional e o mapeamento da territorialização de instituições oriundos da cooperação (BINI,2016; DENSIERO et all, 2008);

e [c] *a promoção geoeconômica de regiões criando circuitos de capitais e de cooperação* – *indicativo* da materialização de microrregiões econômicas vistos nos inúmeros acordos regionais e blocos econômicos podem ser produzidos (MAWDSLEY,2015).

O direcionamento da política externa de alguns países é gradativamente ampliado para promover novas vias de “cooperação” internacional, como aquelas baseadas na perspectiva Sul-Sul² ou a da cooperação trilateral. Neste caso, ganha relevo a diplomacia dos BRICS.

Desde os anos de 2000, os países dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) se destacam por uma maior aproximação a esse modelo de cooperação, tecendo a partir de suas iniciativas novas formas de organização regional que materializam transformações de circuitos econômicos e criam novas demandas diplomáticas (STUENKEL, 2017). A China, em especial, tem se destacado tanto do ponto de vista econômico quanto diplomático, pois tem desenvolvido uma série de ações que tem consolidado seu poder e que permite o desenhar de geografias no contexto de suas estratégias em tempos de globalização. Estratégias essas que passam pela concepção de cooperação internacional. Neste sentido, alguns questionamentos são pertinentes. Como a estratégias chinesas permitem exemplificar análises entre geografia e cooperação internacional? Como a escolha de determinadas regiões para cooperação estão relacionadas a uma forma de exercício de poder?

No intuito de responder esses questionamentos, este artigo apresentará parte dos resultados de pesquisa de longo prazo sobre a cooperação internacional e geografia no

² A cooperação Sul-Sul baseia-se de acordos bilaterais e multilaterais entre países emergentes e do sul global que visam a promoção econômica, política e de desenvolvimento Social (MILANI, 2012; MAWDSLEY, 2015; ROCHA, 2018).

âmbito do LAGEP/UFRRJ (Laboratório de Geografia Econômica e Política da UFRRJ), em especial, na linha “geografia política do mundo contemporâneo”, com base em apontamentos sobre o papel das estratégias chinesas na contemporaneidade. A discussão e dados aqui apresentados são oriundos de revisão bibliográfica, pesquisa documental e dados disponíveis sobre as estratégias chinesas.

O presente artigo está estruturado em duas partes: [a] **As estratégias chinesas: geopolítica e cooperação** – na qual se apresenta uma discussão sobre a posição de autores que trazem interpretações da consolidação da China no cenário atual, dialogando com elementos teóricos sobre o exercício de poder e a geografia da cooperação; e [b] **Geografias da Cooperação Chinesa na África e na Ásia Central** - que contém dois subtópicos em que serão abordados os desdobramento da cooperação China-África e os aspectos da presença chinesa na Ásia Central. O conteúdo dessa última parte destaca o papel das estratégias chinesas para essas regiões do mundo tendo como fonte os documentos de desenvolvimento chinês (*five-years plan* 2016-2020), os dados disponibilizados pelo Fórum de Cooperação África-China (FOCAC), e os relatórios da AID-DATA. Outrossim, serão analisadas as repercussões da *Belt and Road Initiative* (BRI) com foco nas tensões econômicas e políticas decorrentes dos acordos de cooperação.

As estratégias chinesas para a geopolítica e cooperação global.

Alguns autores apontam que vivenciamos um novo tempo na geoeconomia mundial (HURREL, 2009) em que a cooperação assume lugar estratégico na agenda de muitos países. Esta perspectiva reconhece que a ordem multipolar se consolida com a intensificação da globalização econômica, que possibilitam as novas regionalidades do desenvolvimento econômico reescalando antigas lógicas da Divisão Internacional do Trabalho, colocando novas tensões para a compressão do Sistema-Mundo Wallersteiniano (MAWDSLEY, 2015)

Nesse contexto de economia-mundo, a China ganha destaque. Seja pela sua grandiosidade territorial, quanto pelo seu potencial geopolítico e geoeconômico (MOYO, 2013; LEONARD, 2008; HAESBAERT, 2013, IBÁÑEZ, 2020). Parece ser ponto de convergência, numa análise mais ampla, que na nova organização de geometria de poder no

mundo (DUPAS, 2008) a China busca uma heterodoxia nas suas relações diplomáticas, ampliando as estratégias de cooperação.

Para Rosemary Foot (2009, p.134), “os chineses aceitam que vivem num mundo dominado pelos Estados Unidos (...) embora reconhecendo que seu país está em ascensão”. Esta afirmação demonstra uma tendência das relações diplomáticas que está na base das estratégias chinesas em nível planetário. Isto pode ser resumido pela ideia de que a China não quer ser uma potência unipolar, mas construir, no cenário da globalização, condições de uma potência de alcance global – entendemos que a China já tenha alcançado êxito neste propósito. Na prática, reforça a ideia de que pode ser promovida uma “democratização do sistema internacional, levando em conta os interesses de um leque maior de Estados Principais” (FOOT, 2009, p.146).

O balanço de poder global está entremeado pela hegemonia estadunidense, que nos últimos anos, sobretudo com o Governo Trump, cria investidas de guerras comerciais e econômicas com a China, sinalizando ao mundo duas questões: seu temor quanto ao alcance e influência econômica e tecnológica desta potência asiática³ e o reconhecimento de uma concorrente de grande peso geopolítico global. Ainda que embrionário, há um relativo enfraquecimento da hegemonia estadunidense (AGNEW, 2008), que investiu durante muitos anos num belicismo impositivo e vem sofrendo muitas críticas da opinião pública internacional. Por sua vez, as estratégias de países dos BRICS, com ações multilaterais, como as múltiplas alternativas da cooperação internacional criam condições de exercício hegemônico. Se de um lado o exercício estava sobre os outros numa perspectiva de imposição bélica, a cooperação permite pensar um exercício de poder com os outros (ALLEN, 2003; ROCHA, 2019). Deste modo, é preciso analisar como China, vem sinalizando códigos de poder no contexto mundial.

No último documento *five-years plan* (2016-2020)⁴ um dos pontos chaves é a chamada “abertura”, que se refere a participação mais profunda nas estruturas de poder supranacionais e os incentivos as práticas da cooperação internacional. Neste sentido, a adoção de uma relação multilateral de negociação está na pauta não apenas para pensar a

³ Este ponto pode ser exemplificado na atual “guerra econômica” pela liderança da tecnologia 5G. Essa disputa delinea aspectos econômicos e tecnológicos de grande importância geoeconômica tanto para a China quanto para os Estados Unidos.

⁴ Este documento refere-se ao plano quinquenal de desenvolvimento chinês, que aborda as posturas para o período em destaque e que rege ações para ciência e tecnologia, política externa, comércio interior, política territorial, entre outras. Além disso, enfatiza a dinâmica de cooperação com regiões como a Ásia Central e a África.

projeção econômica da China, mas, também, de vias de democratização do sistema de relações internacionais, tendo voz e influenciando em negociações de demandas globais. Isto indica que as estratégias de aproximação mais amplas da China com inúmeras associações reverberam o primeiro indicador da grafia de poder da cooperação que apresentamos na introdução: “promover a projeção hegemônica e geopolítica que media novas relações de poder”.

As estratégias de cooperação que se baseiam no padrão *win-win* (ganha-ganha) marcam completamente a heterodoxia das relações diplomáticas chinesas no campo econômico. Embora essa perspectiva necessite ser revistada em tons de crítica, uma vez que as relações de cooperação podem revelar modelos colonizadores ou imperiais (CECO, 2016).

É importante destacar que a análise crítica das estratégias de cooperação pode ser realizada na leitura da própria forma em que são construídos os acordos de cooperação, na interpretação de seus propósitos e em seus desdobramentos. No caso chinês, a tríade Governo-Estado-Empresa, apresenta numa difícil diferenciação, uma vez que o governo do Partido Comunista emana a feição do Estado chinês (desde a revolução de 1949) e, portanto, de suas estratégias de cooperação. Por sua vez, as empresas chinesas que estão envolvidas na execução de obras de infraestrutura decorrentes desses acordos e atuando em extração de petróleo e carvão são, em grande parte, estatais ou de capital majoritariamente estatal. Assim, as ações que serão mencionadas convergem sempre para as estratégias geopolíticas e geoeconômicas do Estado chinês, que opera como ator desta engrenagem⁵.

É neste sentido que se torna salutar observar os desdobramentos das estratégias chinesas de cooperação que envolvem a África e a região da Ásia central, porque essas áreas estão conectadas tanto a projetos globais de inserção chinesas quanto a manutenção particular da aquisição de recursos e garantias geoestratégicas de circulação de riquezas.

⁵ Para leituras aprofundadas sobre a relação do Estado e sua posição como produtor geoeconômico recomendamos a leitura de Blackwiiil e Harris (2006), Karl Polanyi (2000) e Thomas Piketty (2014).

Geografias da Cooperação Chinesa na África e na Ásia Central

O padrão de ampliação de ações no campo da cooperação e da expansão de institucionalidades chinesas (empresas, embaixadas, Bancos de desenvolvimento) reforçam a possibilidade de ampliação do segundo e terceiro indicador que apontamos, a saber “a transformação material no território” e “a promoção geoeconômica de regiões criando circuitos de capitais e de cooperação”. Ao permitir uma projeção econômica através destas institucionalidades, a China está fundamentando seu poder geopolítico⁶ atrelado diretamente aos ganhos diplomáticos (pensando no primeiro indicador), geopolíticos (pensando no segundo indicador – em especial na apropriação do território) e geoeconômico (pesando no terceiro indicador – nas constituições de regiões comerciais e circuitos de valor). A exemplificação destes indicadores, na qual reverberam as estratégias chinesas, podem ser observados na cooperação com parceiros na África e na Ásia Central.

Desdobramento da cooperação China-África

A presença da China na África se dá por interesses amplos, que incluem a exploração de recursos naturais, tais como petróleo, ouro e cobre (MOYO, 2013, p.174). Todavia, essa apropriação territorial não se revela apenas numa concepção de “territórios-impérios” marcados na geografia mais tradicional de linguagem geopolítica (RAFFESTIN,1993) mas de apropriação de territórios cooperativos. Estes são aqueles que podem ser apropriados, mediante acordos potencialmente benéficos para as partes. Pode-se citar como exemplo, as possibilidades de ganhos de exploração de bacias de petróleo em Angola pela China, como fruto do estabelecimento da cooperação econômica com este país, materializando, por exemplo, na detenção de 75% das ações por parte da petrolífera chinesa SINOPEC na joint-venture com a empresa Angolana Sonangol.

Além disso, segundo o *BRICS Policy Center*⁷, a China proporcionou US\$ 2,647 a países africanos em empréstimos concessionais para apoiar 54 projetos em 28 países e US\$ 2 bilhões em crédito para exportação preferencial do comprador para auxiliar 11 projetos em 10 países. Ainda de acordo com o estudo, os “chineses irão gradualmente expandir o Fundo

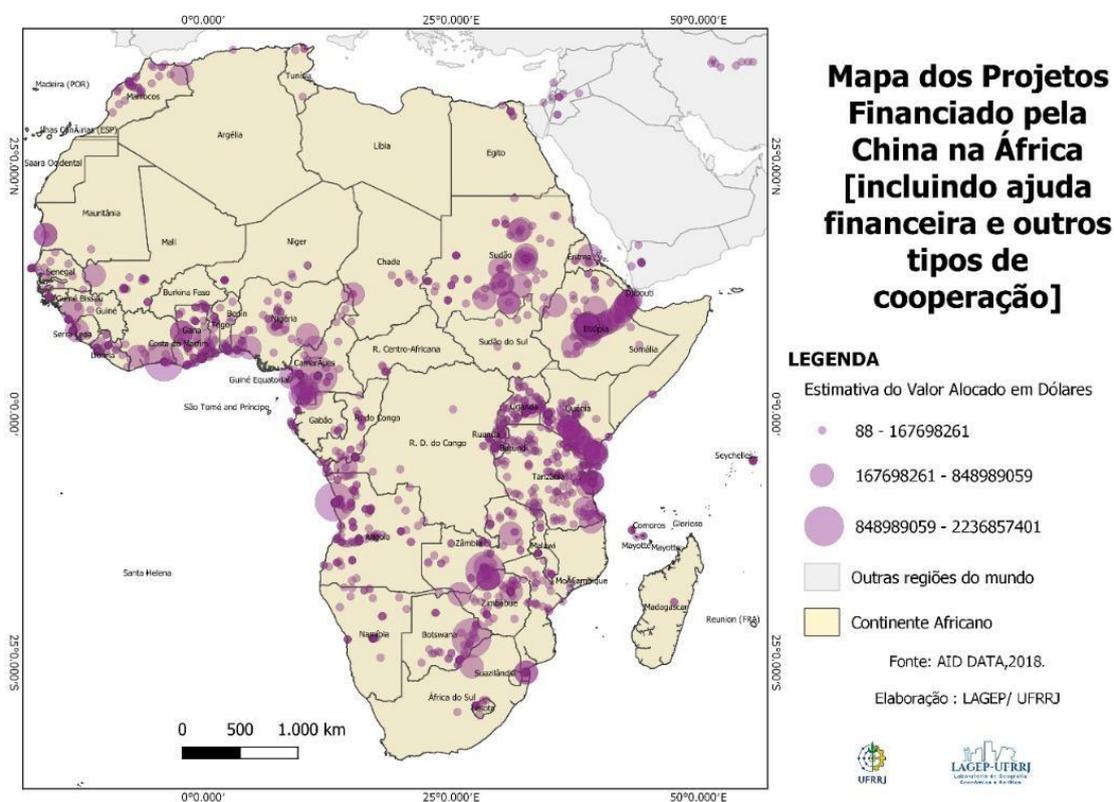
⁶ Esse pensamento está fundamentado na perspectiva de Kurz, (2017), que trata o poder econômico como um poder geopolítico. Embora seja diametralmente oposto no que tange a fundamentação teórica de Joseph Nye, reconhece que o poder econômico não pode ser interpretado apenas como um *soft-power*, pois reverbera ações extremamente impositivas, revelando seu caráter imperialista, portanto sua faceta geopolítica.

⁷ Informações disponíveis em < <http://www.bricspolicycenter.org/forum-de-cooperacao-china-afrika-focac/>>

de Desenvolvimento China-África de US\$ 5 bilhões para US\$ 10 bilhões”. Essas ações visam paulatinamente alimentar o prestígio chinês com os países africanos, além de abrir frentes a constituição de um sistema geográfico de cooptação territorial, na medida que visa construir com seus fluxos de investimentos da cooperação “as transformações materiais no território” que viabilizam “regiões econômicas produtivas”.

Por isso, se percebe uma grande presença de investimentos do Estado chinês em obras de infraestrutura, sendo consideradas pela AID DATA⁸, o maior financiador global de obras de infraestrutura. Só na África investiu US\$ 354,4 bilhões entre 2009-2017. [ver Figura 1]

Figura 1- Mapa dos Projetos Financiados pela China na África.



Fonte: AID DATA, 2018. Dados sobre projetos de cooperação disponibilizados em <
<https://www.aiddata.org/datasets>>. Acesso 08/06/2020.

⁸ Essa é uma organização de pesquisa internacional de acompanhamento de dados sobre ajuda e cooperação internacional. <https://www.aiddata.org/>.

O mapa revela a territorialidade dos projetos e expressa a grande capilaridade das ações chinesas no continente africano. A maior parte dos investimentos em cooperação estão centrados em obras de infraestrutura que vão se associar ao circuito espacial da BRI. Segundo o relatório “*Connective Financing: Chinese Infrastructure Projects and the Diffusion of Economic Activity in Developing Countries*” (2018,p.4), os principais financiamentos de obras na África foram: [a] US\$ 320 milhões investidos no anel viário ao redor de Adis Abeba (Etiópia); [b] US\$ 3 bilhões na Ferrovia de que liga Adis Abeba (Etiópia) ao porto beiras mar de Doraleh (Djibouti); [c] US\$ 4 bilhões no Quênia em Ferrovia que liga capital ao porto de Mombaça; [d] US\$ 600 milhões na estrada que liga Port-Getil, principal porto do Gabão, com sua capital, Libreville; [e] US\$ 500 milhões no Camarões em estrada que liga o Porto Douala a sua capital Yaoundé; e [f] investimento de US\$ 250 milhões na estrada Berchid-Beni Mellal localizada no Marrocos.

A partir do exposto, gradativamente se consolida o terceiro indicador da geografia da cooperação das estratégias chinesas: “a promoção geoeconômica de regiões criando circuitos de capitais e de cooperação”. No caso, das relações China-África, essa perspectiva está cada vez mais próxima, em especial desde o último encontro do Fórum China-África de Cooperação (FOCAC), realizado na primeira semana de setembro de 2018 na cidade de Pequim. Esse fórum é considerado um novo paradigma para a cooperação e se tornou “um mecanismo institucional para a consolidação político-econômica chinesa na África” (VADELL, LOPES, CARDOSO, 2013, p.81). Em síntese, neste fórum foram apresentadas possibilidades de ajuda de construções de base de investimento e integração regional via a Iniciativa One Belt One Road (do Cinturão e Rota), e tem sido estratégico, do ponto de vista diplomático, para consolidar as negociações de acordos dos investimentos chineses. Na prática, a FOCAC permite as negociações que estão materializando a integração da África neste novo circuito comercial em nível global.

A intensificação das relações do FOCAC desenha uma nova “região baseada em rotas e/ou circuito econômico”, oriundo das estratégias de cooperação, mas também da criação de infraestruturas – elemento que pode incutir nas construções de regiões no contexto da globalização (RICHARD, 2014). O continente africano é uma peça-chave na construção desta nova rota comercial e a produção de infraestrutura física na África é parte importante do projeto ambicioso da China.

Os aspectos da presença chinesa na Ásia Central

Tomando como perspectiva analítica das relações de cooperação o seu caráter transformador do território, ou seja, a capacidade que tais conexões políticas possuem de materializar e produzir alterações na base espacial (ROCHA, 2019), é possível analisar algumas dessas mudanças produzidas através da cooperação que a China vem desenvolvendo com os países do espaço centro-asiático. Neste caso, é possível observamos atentamente duas interações essenciais deste elo, sendo eles: o *econômico* e *militar*.

Para alcançar tais modificações territoriais, é necessário também assimilar por onde se iniciam tais caminhos que permitem tais transformações. Compreendendo que o principal mecanismo da cooperação internacional é a baseada na relação intergovernamental, isto é, como afirma Paulo (2014, p.12), “uma cooperação que trata de desafios de interdependência entre territórios para quais os governos tem autoridade exclusiva”, a China e os países da Ásia Central (Cazaquistão, Uzbequistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Turcomenistão) após o final da Guerra Fria, em 1991, passaram a desenvolver, e no começo do século XXI, a intensificar esse mecanismo intergovernamental através de relações e acordos de ordem bilateral e/ou multilaterais.

As origens dessa estrutura ocorrem nos anos noventa, do século passado, com o primeiro ministro Li Peng, estabelecendo tratados e delimitações territoriais com os recém-criados Estados-Nação (PERYHOUSE, 2009), além dos Cinco de Xangai (China, Cazaquistão, Quirguistão, Rússia, Tadjiquistão e Uzbequistão), que delimitava as bases na relação militar entre os membros. Posteriormente, com a fundação da Organização para Cooperação de Xangai (OCX)⁹, entidade multilateral, fundada em 2001, buscam colocar em prática uma cooperação com um caráter mais voltado para a construção de circuitos de capitais e de cooperação como uma forma de conexão entre tais espaços. Esta relação se tornou mais profunda nos últimos anos, com a criação da *One Belt and One Road*, anunciada por Xi Jinping, em 2013, no Cazaquistão. Atualmente conhecida como *Belt and Road Initiative* (BRI), ela representa uma junção dos projetos do cinturão econômico da rota da seda e da rota da seda marítima do século XXI, e já alcança diversas partes do mundo, tendo como iniciativa a integração entre o Oeste e o Leste por meio da cooperação e de projetos de infraestrutura (IBAÑEZ, 2020).

⁹ A OCX pode ser considerada um aperfeiçoamento dos Cinco de Xangai.

A evolução deste elo Sino-Centro-asiático se fundamenta pela representatividade comercial, política e de estabilidade que ela possui para o progresso interno da China (PERYHOUSE, 2007), principalmente se considerarmos o papel das cadeias produtivas presentes no território chinês e as transformações por elas promovidas, onde “de um exportador majoritário de têxteis e manufaturas simples na década de 1980, o país tornou-se vendedor principalmente de bens elétricos e eletrônicos nos anos 1990 e de máquinas a partir da década seguinte” (MORAIS, 2012).

Deste modo, tem se observado a expansão da atuação chinesa na esfera *econômica* dos países da Ásia Central através de dois vetores: i) *incremento do fluxo comercial entre ambos os espaços*, e ii) *financiamento em infraestruturas*. Com o rompimento diplomático entre soviéticos e chineses durante os anos sessenta do século passado, o trânsito comercial entre China e Ásia Central não era existente, pelo menos, até os anos oitenta. Em consequência as mudanças geopolíticas mundiais após o fim da Guerra Fria, as relações entre Pequim e os antigos Estados soviéticos se tornaram mais próximas. Segundo Promfet (2019), no começo dos anos 1990, as relações comerciais entre esses atores se baseavam em produtos primários (aço, ferro, carvão, algodão) e bens de consumo. No começo dos anos 2000, passaram a fazer parte desse comércio itens do setor secundário (maquinário), produtos químicos e fontes de energia (óleo e petróleo) (PARAMONOV, 2005).

Ao mesmo tempo que as nações ocidentais circundavam a região com a chamada Guerra ao Terror, tendo como teatro de guerra o Afeganistão, a China intensificava sua parceria econômica com a Ásia Central, assentada em duas noções: extração e compra de recursos naturais para suprir as necessidades energéticas do país, e o mercado regional como um destino para os seus produtos manufaturados (PROMFET, 2019). Desta forma, a partir de 2004 foram sendo realizados os primeiros acordos com Uzbequistão e Cazaquistão, para a construção do gasoduto China-Ásia Central¹⁰. Dois anos mais tarde, em 2007, após negociações com o Turcomenistão, obteve a autorização para a exploração e o desenvolvimento dos campos de gás natural do país, localizados na margem direita do rio Amu Dária. A extração é realizada através da cooperação técnica entre a *China National Petroleum Corporation* (CNPC) e a *Turkmengaz*. Além disso, o negócio também fixa a

¹⁰China, Kazakhstan Discuss Cross-border Gas Pipeline. China.org.cn. Disponível em: <http://www.china.org.cn/english/BAT/105031.htm> - acesso em 05 jun.2020

exportação anual de 30 bilhões de metros cúbicos de gás, do Turcomenistão para a China, pelos próximos 30 anos¹¹.

Mapa 2. Gasoduto Ásia Central – China e suas conexões com o território chinês



Fonte: Elaboração dos autores, com informações da China National Petroleum Corporation. Disponível em: <http://www.cnpc.com.cn/en/FlowofnaturalgasfromCentralAsia/FlowofnaturalgasfromCentralAsia2.shtml> - acesso em 06 jun.2020

Durante os dez anos que está em atividade, a *PetroChina West Pipeline* afirma que o gasoduto Ásia Central-China transportou 294.6 bilhões de metros cúbicos de gás natural, gerando benefício para mais de 500 milhões de chineses¹². Estando dividido em quatro seções (A, B, C e D), o projeto passa pelos territórios do Uzbequistão, Cazaquistão, Tadjiquistão e Quirguistão. As três primeiras se direcionam para a cidade de Horgos, na província autônoma de Xinjiang, se conectando ali ao gasoduto chinês oeste-leste. A quarta parte do projeto, que tem como destino a cidade chinesa de Wuqia, ainda está em fase de implementação¹³.

¹¹ CNPC in Turkmenistan. China National Petroleum Corporation. Disponível em: http://www.cnpc.com.cn/en/Turkmenistan/country_index.shtml - acesso em 05 jun.2020

¹² China-Central Asia gas pipeline transports 47.9 billion cubic meters in 2019. Xinhuanet. Disponível em: http://www.xinhuanet.com/english/2020-01/06/c_138682150.htm - acesso em 05 jun.2020

¹³ Tajikistan accelerates construction of Central Asia – China gas pipeline. Nebit we Gazy. Disponível em: <https://www.oilgas.gov.tm/en/blog/3135/tajikistan-accelerates-construction-of-central-asia--china-gas-pipeline> - acesso em 05 jun.2020

Segundo Mawdsley (2015), os pacotes de cooperação podem se exteriorizar através de acordos de financiamento ou comercial. No caso chinês, isso pode ocorrer por três opções distintas, sendo elas: concessão (auxílio gratuito), empréstimo sem juros e empréstimo com concessões, sendo esta última opção utilizada como aporte a projetos de infraestrutura e manufatura nos países favorecidos pelo auxílio¹⁴.

Pelo menos nos últimos 15 anos¹⁵, a China tem fornecido empréstimo concessionais aos países da Ásia Central, principalmente para a construção de infraestruturas que irão auxiliar na circulação de bens e capitais. Por intermédio de empresas como a *China Railway Construction Corporation*, *Tebian Eletric Appartus* (TBEA) e *China Road and Bridge Corporation* (CRBC) (JABOROV, 2019), tem se desenvolvido grandes construções, principalmente de rodovias e ferrovias, no espaço centro-asiático. Exemplificativamente, a CRBC vem construindo rodovias no Quirguistão¹⁶ e Tadjiquistão¹⁷, sendo também responsável pela construção da rodovia China – Quirguistão – Uzbequistão, localizada no Vale do Fergana e parcialmente aberta em fevereiro de 2018, sendo uma estrutura importante para o *China-Central Asia- West Asia Economic Corridor*, um dos seis corredores presentes na esfera da BRI¹⁸.

¹⁴ China's Foreign Aid (2014). The State Council of the People's Republic of China. Disponível em: http://english.www.gov.cn/archive/white_paper/2014/08/23/content_281474982986592.htm - acesso em 06 jun.2020

¹⁵ China offers US\$900 million in credit loans to SCO members. People's Daily Online. Disponível em: http://en.people.cn/200406/18/eng20040618_146720.html - acesso em 06 jun.2020

¹⁶ Feature: China-built road facilitates transportation in Kyrgyzstan. Xinhuanet. Disponível em: http://www.xinhuanet.com/english/2019-06/15/c_138145407.htm - acesso em 05 jun.2020

¹⁷ China-built road improves Tajikistan's transport system .CGTN .Disponível em: <https://news.cgtn.com/news/3d3d514d79496a4d35457a6333566d54/index.html> - acesso em 05 jun.2020

¹⁸ China-Kyrgyzstan-Uzbekistan highway opens to traffic .Belt and Road Portal. Disponível em: https://eng.yidaiyilu.gov.cn/info/iList.jsp?tm_id=139&cat_id=10058&info_id=49135 - acesso em 05 jun.2020

Mapa 3. Extensão total da rodovia China – Quirguistão – Uzbequistão.

Fonte: Elaboração dos autores

A *China Railway Construction Corporation* finalizou, em 2016, a *Vakhdad-Yovon railway*, no Tadjiquistão¹⁹. A empresa também está empenhada em realizar a construção da antiga e desejada ferrovia ligando a China ao Uzbequistão, o que permitirá uma conectividade não somente entre os três países, alcançando também o Irã (via Turcomenistão) e a Turquia. Uma importante rota para a circulação e trânsito da produção chinesa em direção ao continente europeu. Outro benefício, é que tal rota poderia encurtar em alguns quilômetros e dias as jornadas dos trens que realizam a ligação entre a China e Europa pela *New Eurasian Land Bridge* (via Cazaquistão)²⁰.

O redesenho logístico, industrial e mercantil ocasionado pela cooperação, por exemplo, fortaleceu o volume comercial total entre o Uzbequistão e a China, que em 2002 chegava à casa dos US\$ 250 milhões por ano (PARAMONOV, 2014), e em 2018 atingiu a

¹⁹ China to join construction of Tajikistan's Vakhdad-Yovon railway. AKIpress. Disponível em: https://akipress.com/news:545598:China_to_join_construction_of_Tajikistan_s_Vakhdad-Yovon_railway/ - acesso em 05 jun.2020

²⁰ The China-Kyrgyzstan-Uzbekistan Railway Project: How Much Does Kyrgyzstan Stand to Benefit? Central Asian Bureau for Analytical Reporting. Disponível em: <https://cabar.asia/en/the-china-kyrgyzstan-uzbekistan-railway-project-how-much-does-kyrgyzstan-stand-to-benefit/> - acesso em 05 jun.2020

marca de US\$ 6,26 bilhões de dólares²¹, assim como também permitiu a China o posto de maior investidor estrangeiro no Tadjiquistão (US\$ 95 bilhões em 2017)²². Isto demonstra o surgimento de uma microrregião econômica, assim como expõe a abrangência necessária para o funcionamento da BRI, que guia desenvolvimento geopolítico da China contemporânea. Porém, para que essa estrutura possa funcionar com pleno êxito, é necessário também a estabilidade regional, o que nos leva a questão segurança regional.

Na esfera *militar e de segurança regional*, a Ásia Central representa um grande desafio, muito por dispor de uma divisão territorial inábil com a sua realidade. Desde o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a tensão entre as próprias repúblicas oriundas do bloco, assim como o entorno delas, passaram por diversos momentos de crise. A ideia de região, que entre muitas definições durante as diferentes correntes que fizeram parte da história do pensamento geográfico ao longo dos séculos, usualmente é atribuída como uma categoria que tem por objetivo promover a diferenciação, localização ou extensão dos espaços, e até mesmo de divisão administrativas dos Estados (GOMES, 1995).

O espaço centro-asiático, todavia, é um imenso quebra-cabeça étnico e territorial, onde, ao longo da história, os diferentes povos que ali habitaram e habitam, se mesclam de forma complexa. A concepção geral da região enquanto um diferenciador de espaços, cada um com suas próprias características (física, econômica ou cultural), não parece ser muito apropriado para definir a Ásia Central.

O ordenamento territorial estabelecido desde os tempos de dominação do Império Russo, e posteriormente, no período soviético, não fora estabelecido de modo que respeitasse as particularidades culturais ou históricas dos povos que vivam naquele espaço. As fronteiras, dívidas de acordo com critérios estratégicos, são focos de tensões que se arrastaram durante todo o século XX e persistem até os dias atuais. Estas tensões ocorrem na maioria das ocasiões por questões econômicas (como infraestruturas dos tempos soviéticos e hoje disputado entre as nações, como por exemplo, o caso do reservatório Kasan-Sai), por disputas territoriais e conflitos entre enclaves ou militares presente nos

²¹ China-Uzbekistan partnership to reach higher level. Xinhuanet. Disponível em: http://www.xinhuanet.com/english/2019-10/31/c_138518582.htm - acesso em 05 jun.2020

²² Factbox: China's economic cooperation with Tajikistan, Kyrgyzstan reaps fruitful results. Xinhuanet. Disponível em: http://www.xinhuanet.com/english/2019-06/11/c_138134440.htm - acesso em 05 jun.2020. Também é importante salientar que empresas chinesas operam, exploram ou são proprietárias, de pelo menos, 60% das minas de ouro do Tadjiquistão (JABOROV, 2019)

checkpoints entre os países²³, além embates armados com militantes de grupos terroristas, como o mais recentemente ocorrido com o Daesh²⁴.

Além deste cenário em escala macrorregional, a China também possui suas próprias questões internas: o povo Uigur, de origem turca e em sua maioria mulçumanos, situados na província de Xinjiang. Esta, importante no contexto da BRI, historicamente possui ligações com os vizinhos da Ásia Central, sendo o berço de várias etnias turcas que ocupam o espaço centro-asiático (BHATTACHARYA, 2003). A ideia da identidade própria dos Uigures, pautada no panturquismo, surgiu ainda no século XIX, reverberada no século XX (BHATTACHARYA, 2003), de forma ainda mais intensa após a conquista da República do Turquestão pelos comunistas chineses, em 1949. Desde então, boa parte dos governos e organizações de direitos humanos ocidentais acusam a China de promover perseguição à minoria uigur, já os dirigentes defendem a tese de células separatistas e terroristas, presentes na região, que colocam em risco a soberania nacional.

O fato é que, geograficamente localizada no extremo-oeste chinês, a província que também tem valor geoeconômico (rica em gás natural²⁵ e petróleo²⁶), seja pela sua contestação identitária ou por suas riquezas naturais, tem relevância no contexto da segurança chinesa por dois motivos: i) exercer um maior controle sobre suas fronteiras e evitar a “contaminação jihadista” no seu território (NIQUET, 2007); e ii) funcionar como um ponto para projeção de influência militar sobre a Ásia Central.

A presença militar da China na Ásia Central tem crescido nos últimos anos, e três motivos devem ser considerados para essa expansão: estabilidade interna e regional, proteção de infraestruturas logística construídas através dos auxílios monetários, e que também buscam atender os objetivos da BRI; e por último, proteção da força laboral chinesa que tem se instalado cada vez mais nos países centro-asiáticos que recebem investimentos e empréstimos oriundos dos bancos chineses. É válido também ressaltar os recentes protestos

²³ Fighting flares again on Kyrgyzstan, Tajikistan border. Eurasinet. Disponível em: <https://eurasianet.org/fighting-flares-again-on-kyrgyzstan-tajikistan-border> - acesso em 05 jun.2020

²⁴ ISIS Says It Killed 4 Cyclists in Tajikistan. New York Times. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/07/30/world/asia/tajikistan-attack-cyclists.html> - acesso em 05 jun.2020

²⁵ Descoberto grande campo de gás em Xinjiang. Xinhuanet Português. Disponível em: http://portuguese.xinhuanet.com/2019-10/04/c_138448274.htm - acesso em 05 jun.2020

²⁶ China finds major oil reserves in Xinjiang. AA. Disponível em: <https://www.aa.com.tr/en/energy/oil/china-finds-major-oil-reserves-in-xinjiang-uygur-region/14852> - acesso em 05 jun.2020

anti-china²⁷ ocorrido em países com Cazaquistão, Quirguistão e Tadjiquistão. Uma dessas manifestações, inclusive, gerou o cancelamento de centro logístico entre o Quirguistão e a China²⁸. As formas pelas quais o Exército de Libertação Popular tem se instalado na Ásia Central são diversificadas: de acordos bilaterais, fornecendo treinamento para guardas de fronteira²⁹, exercícios militares (com a participação russa) cada vez mais frequentes³⁰, e também com o aumento na venda de armamento para esses países.

De acordo com o *Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) Arms Transfers Database*, desde 2013, todos os países da Ásia Central importaram algum tipo de armamento da China, sendo o Turcomenistão o maior cliente. Os tipos variam desde aviões patrulhas (como o Y-8, vendido ao Cazaquistão), radar tridimensional, míssil superfície-ar (como o KS-1, vendido ao Turcomenistão), até veículos blindados (VP-11 MRAP, vendido ao Tadjiquistão).

Quadro 1: Importação de equipamentos militares de origem chinesa entre 2013-2019 pelos países da Ásia Central.

País	Valor (em dólares)
Turcomenistão	\$ 155 milhões
Uzbequistão	\$122 milhões
Cazaquistão	\$ 32 milhões
Tadjiquistão	\$ 3 milhões
Quirguistão	\$ 1 milhões

Fonte: SIPRI Arms Transfers Database. Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI)

²⁷ Why Is Anti-Chinese Sentiment on the Rise in Central Asia?. The Diplomat. Disponível em: <https://thediplomat.com/2019/10/why-is-anti-chinese-sentiment-on-the-rise-in-central-asia/> - acesso em 05 jun.2020

²⁸ Kyrgyz-Chinese Joint Venture Scrapped After Protests. The Diplomat. Disponível em: <https://thediplomat.com/2020/02/kyrgyz-chinese-joint-venture-scrapped-after-protests/> - acesso em: 05 jun.2020

²⁹ Beijing on the Border: What's China Doing in Tajikistan? Belt and Road News. Disponível em: https://www.beltandroad.news/2019/02/26/beijing-on-the-border-whats-china-doing-in-tajikistan/?mc_cid=a354509b5e&mc_eid=4b516b0c01 – acesso em 05 jun.2020

³⁰ China Sends Strategic Bombers, Tanks and 1,600 Troops to Russia for Large Military Drill The Diplomat. Disponível em: <https://thediplomat.com/2019/09/china-sends-strategic-bombers-tanks-and-1600-troops-to-russia-for-large-military-drill/> - acesso em 05 jun. 2020

Apesar disso, pelo menos neste momento, a influência chinesa não coloca em risco a tradicional influência militar russa na região, o que pode ser explicado por dois motivos: i) familiaridade com o equipamento russo, herdado do período pós-soviético; ii) e apesar do declínio nos últimos anos, a influência secular em parâmetros cultural, política e econômica que a Rússia possui na região. A questão militar, na conjuntura da China atual, exerce um papel importante na concepção de política externa traçada por Xi Jinping, pois a sua função consiste em resguardar os interesses ou avanços obtidos no ambiente externo à China.

Concorda-se com Kragelund (2011) quando aponta que a cooperação é um instrumento geopolítico, e entendemos que é através dela que a China vem empregando, de modo geral na sua política externa, a sua participação na arena política mundial (AGNEW, 2008). Todavia, é necessário observar que este mecanismo é uma mistura de interesses próprios entre doadores e receptores, mas que podem denotar em relações assimétricas (DUARTE, 2019). A ambiguidade e natureza hegemônica e geoeconômica da cooperação (ROCHA, 2019), são expressas na relação Sino-Centro-Asiática, com a instauração da OCX e mais recentemente da BRI, que promove a interação regional e internacional exteriorizadas sobre o território por meio de transformações materiais e econômicas. Neste sentido, a Ásia Central desempenha um papel importante para a estrutura externa chinesa, pois é o principal meio de melhor dinamizar e sofisticar o papel exportador chinês ante ao circuito comercial globalizado.

Conclusão

Embora os estudos que envolvem a geografia e a cooperação internacional sejam emergentes, o emprego de uma metodologia na análise de estudos de caso pode revelar, além de indicadores econômicos e políticos em níveis globais, a espacialidade e a territorialidade contida nos acordos entre os países. Há uma grande importância da geografia como ciência nos estudos da escala mundo e ter horizontes teórico-metodológicos são de suma importância para uma leitura das relações de poder.

Outrossim, o exemplo e notas das estratégias chinesas na atual conjuntura destacam como dimensões geográficas são perceptíveis nas relações estabelecidas com a África e a Ásia Central. Ambas as regiões servem de trunfos territoriais que são alcançados pelas estratégias de cooperação chinesa, com a finalidade: de expandir sua visão diplomática no sistema mundial, possibilitar a apropriação territorial para aquisição de matérias primas e

insumos básicos, e garantir a capilaridade e circularidade de seu projeto geoeconômico e geopolíticos contido na BRI.

Por isso, entendemos a necessidade de ampliar tanto o escopo teórico do campo da geografia nos estudos sobre a cooperação internacional, quanto os estudos de casos das projeções hegemônicas dos países emergentes, que não podem mais ser explicadas por visões clássicas no campo da geopolítica e da geoeconomia. Assim, indicamos que é urgente a revisão teórica sobre essas novas dinâmicas de poder, bem como a difusão de estudos empíricos que possam trazer reflexões entorno das projeções hegemônicas dos países emergentes e das lógicas de apropriação territorial em curso.

Referências Bibliográficas

AID DATA. *Connective Financing: Chinese Infrastructure Projects and the Diffusion of Economic Activity in Developing Countries*. WORKING PAPER 64, September, 2018. Disponível em < <https://www.aiddata.org/publications> > Acesso em 15 de set. 2018

ALLEN, Jonh. Power. In: Agnew, J. et al. *A Companion to political Geography*. Oxford: Blackwell, 2003. pp.95-108.

AGNEW, John. A nova Configuração do Poder Global. *Revista Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 53, p. 207-219, Maio/Ago. 2008

BELT AND ROAD INICIATIVE. Disponível em < <https://beltandroad.hktdc.com/en/belt-and-road-basics> > Acesso 08 set, 2018.

BHATTACHARYA, Abanti. Conceptualising Uyghur separatism in Chinese nationalism, *Strategic Analys*, Londres, v.23, n.3, p.357-381, 2003. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09700160308450095> - Acesso em: 06 jun. 2020

BLACKWILL, Robert D.; HARRIS, Jennifer M. *War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft*. London: Harvard University Press, 2016.

COSTA, Wanderley Messias. *Geografia Política e Geopolítica*. São Paulo: Edusp, 2008.

DANSERO, E. et al. *Geografia e cooperazione allo sviluppo. Temi e prospettive per un approccio territoriale*. FrancoAngeli: Milão, 2008.

DUARTE, Rubens de Siqueira. *The Politics behind Aid and Cooperation Norms: Critical Reflections on the normative role of Brazil and United Kingdom*. Londres: Lexington Books, 2019.

DUPAS, G. Fundamentos, contradições e consequências hegemônicas. In: Lafer, C; Dupas, G. Silva, E.L. (org's.). *A nova Configuração Mundial do Poder*. São Paulo: paz e terra, 2008. pp.211-232.

FOOT, R. Estratégias Chinesas em uma ordem global hegemônica: acomodação e hedging. In: Lima, et all. *Os Brics e a ordem Global*. Rio de Janeiro: FGV editora, 2008, pp.125-151.

GECO. Lasciarsi provocare dal mondo.geografia e Cooperazione allo sviluppo: una relazione Antica, un dibattito attuale. *Rivista. Geografia. Italiana*. 124 (2016), pp. 347-358.

HAESBAERT, R. China na nova dinâmica global-fragmentadora do Espaço Geográfico. In: Haesbaert, R (org). *Globalização e Fragmentação no Mundo contemporâneo*. 2ªed.atu. niteroi: EDUFF, 2013, pp113-136.

HURREL, A. Hegemonia, Liberalismo e ordem global: Qual é o espaço para as potências Emergentes? In Lima, et all. *Os Brics e a ordem Global*. Rio de Janeiro: FGV editora, 2008, pp.9-42.

IBAÑEZ, P. *Belt and Road Initiative and China-Pakistan Economic Corridor: Geopolitical Challenges*. Journal Of China and International Relations Special Edition: Brics, 2020. Disponível em: <https://journals.aau.dk/index.php/jcir/article/view/4236> - Acesso em: 06 jun.2020

_____. Geopolítica e diplomacia em tempos de Covid-19: Brasil e China no limiar de um contencioso », *Espaço e Economia* [Online], 18 | 2020. Disponível em <URL: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/13257>> Acesso em 10 de jun.2020 (b).

KRAGELUND, P. Back to BASICS? The Rejuvenation of Non-traditional Donors' Development Cooperation with Africa. *Development and Change*, v.42, n.2. p. 585-607, mar. 2011. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1467-7660.2011.01695.x> - Acesso em: 06 jun.2020.

KURTZ, R. *Poder Mundial Dinheiro Mundial*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

LEONARD, M. *O que a China Pensa?* São Paulo: Larousse do Brasil. 2008.

LIMA, M.RS; MILANI, C. Política Externa, Geopolítica e Modelos de Desenvolvimento. In: LIMA, Maria Regina Soares et all (org's). *Cooperación Sur-Sur, política exterior y modelos de desarrollo en América Latina*. Buenos Aires: CLASCSO, 2016. pp.21-39

MILANI, C. Aprendendo com a história: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul. *Card.CRH*, Salvador, v. 25, n. 65, p. 211-231, Maio/Ago. 2012

MACHADO, L. O. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. *Revista território*,- LAGET/ UFRJ. V.8. pp.9-29, 2000.

MAWDSLEY, E.; KIM, S.M.; MARCONDES, D. Political leadership and ‘non-traditional’ development cooperation, *Third World Quarterly*. 2017. Disponível em <10.1080/01436597.2017.1333416>. Acesso em: 10 de Ago.2018.

MAWDSLEY, E. Development geography 1:Cooperation, competition and convergence between ‘North’ and ‘South’. *Progress in Human Geography*,1–10, 2015.

MAWDSLEY, E. *From Recipients to Donors: Emerging Powers and the Changing Development Landscape*.London: Zed Books, 2012.

MARCONDES, D.; MAWDSLEY, E. “South–South in Retreat? The Transitions from Lula to Rousseff to Temer and Brazilian Development Cooperation.” *International Affairs* 93, no. 3 (2017): 681–699.

MORAIS, I. N. Cadeias produtivas globais e agregação de valor: a posição da China na indústria eletroeletrônica de consumo. *Revista Tempo do Mundo*, Brasília, v.4, n.3, dez. 2012. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6305> - Acesso em: 06 jun.2020

MOYO, D. *O vencedor Leva Tudo*. Corrida Chinesa por recursos e seu significado para o mundo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

NIQUET, V. China and Central Asia. *China perspectives*, 67, sep-out 2006. Disponível em: journals.openedition.org/chinaperspectives/1045 – Acesso em: 06 jun.2020

NYE, J. *O Futuro do Poder*. São Paulo: Benvirá, 2012.

OLIVEIRA, L. D. *Geopolítica Ambiental*. A construção ideológica do desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.

PARAMONOV, V. *China & Central Asia: Present & Future of Economic Relations*. Conflict Studies Research Centre Central Asia Series, v.5, n.25, mai.2005. Disponível em: https://www.files.ethz.ch/isn/92589/05_May.pdf - Acesso em: 06 jun.2020

PARAMONOV, V. *China’s Economic Presence in Uzbekistan: Realities and Potentials*. Uzbekistan Initiative Papers, n.5, fev.2014. Disponível em: <https://centralasiaprogram.org/archives/7839> - Acesso em: 06 jun.2020

_____.Central Asia-Caucasus Institute & Silk Road Studies Program. 2007. Disponível em: https://isdpc.eu/content/uploads/publications/2007_peyrouse_economic-aspects-of-the-chinese-central-asia-rapprochement.pdf - Acesso em: 05 jun.2020

PAULO, S. *International Cooperation and Development: A Conceptual Overview*. German Development Institute, Bonn, 2014.

PERYROUSE, S. *The Economic Aspects of the Chinese-Central Asia Rapprochement*.

PERYROUSE, S. *Central Asia's growing partnership with China Central*. EUCAM Working Paper No. 4, p.1-13, oct.2009. Disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/111372/WP4-EN.pdf> - acesso em 06 jun.2020

PIKETTY, T. *O Capital no Século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

POMFRET, R.. *The Central Asian Economies in the Twenty-First Century: Paving a New Silk Road*. Princeton: Princeton University Press, 2019.

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Atica, 1993.

RIBEIRO, W.C. *Geopolítica da Água*. São Paulo: Anblumme, 2008.

RICHARD, Y. Integração regional, regionalização, regionalismo: as palavras e as coisas », *Confins* [Online], n.20, 2014. Disponível em <<https://journals.openedition.org/confins/8939>> Acesso em: 10 jun.2020.

ROCHA, A. S. Cartografia e geopolítica das relações sul-sul: sobre a cooperação técnica Brasil-África. *CONFINS* [on line] n.39, 2019. Disponível em <<https://journals.openedition.org/confins/17327>> Acesso em: 20 abril.2020.

Geografia da cooperação internacional para o desenvolvimento: um olhar estratégico das relações Brasil-África no início do século XXI. In: Helena Mesquita Pina & Felisbela Martins. (Org.). *The Overarching Issues of the European Space / Grandes Problemáticas do Espaço Europeu*. 1ed. UPORTO: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019, v. 1, p. 315-326. Disponível em <10.21747/9789898969149/geog> Acesso em: 20 abri.2020

_____. "A política externa e geopolítica brasileira na era Lula: uma análise dos acordos de cooperação técnica para a África". In: RÜCKERT, A. A.; SILVA, A. C. P. da;

RÜCKERT, A. A.; SILVA, A. C. P. da; SILVA, G. de V. (Orgs.). *Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território: integração sul-americana e regiões periféricas*. Porto Alegre: Editora Letra1, 2018, p. 131-144.

SILVA, G. de V. (Orgs.). *Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território: integração sul-americana e regiões periféricas*. Porto Alegre: Editora Letra1, 2018, p. 123-136

SANGUIN, A.L. A evolução d Geografia Política desde os anos de 1990: uma perspectiva internacional. In: SILVA, A.C.P. *Geografia Política, Geopolítica e Território: racionalidades e práticas em múltiplas escalas*. Rio de Janeiro, Gramma, 2016, pp.13-64.

STUENKEL, O. *BRICS e o futuro da ordem mundial*. Rio de Janeiro/São Paulo; Paz e Terra, 2017.

THE 13 THFIVE-YEAR PLAN FOR ECONOMIC AND SOCIAL DEVELOPMENT OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (2016–2020). Disponível em < <http://en.ndrc.gov.cn/policyrelease/201612/P020161207645766966662.pdf> > Acesso em: 07 set. 2018.

VADELL, J. A.; LOPES, B.; CARDOSO, D. FOCAC: estratégia econômica e política de cooperação Sul-Sul Sino-Africana. *Carta Internacional*, v. 8, n. 2, p. 81-99, 25 jun. 2013.

VITTE, C. América Latina: uma integração regional agônica? A institucionalidade da integração regional E alguns de seus principais desafios. *REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA*, v. 63, p. 10-23, 2019.

ERRATA

- No *Editorial do dossiê: A inserção dos estudos geográficos brasileiros nos estudos globais*, de autoria de Larissa Alves de Lira, publicado na Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n. 2, 2020”

Leia-se:

“Belo Horizonte, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”

- No artigo *A gênese da geopolítica do capitalismo entre Brasil e Estados Unidos*, de autoria de Raimundo Jucier Sousa de Assis, publicado na Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n.2, 2020”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”

- No artigo *As relações de Santa Luzia/MG com a geo-história do Brasil e da economia-mundo capitalista entre os séculos XVIII-XIX*, de autoria de Caio Franco Assunção, publicado na revista Geografias, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n.2, 2020”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”

- No artigo *A economia do cacau em Gana no início do século XXI*, de autoria de Kaue Lopes dos Santos, publicado na revista Geografias, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n.2, 2020”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”

- No artigo *A cooperação internacional e os estudos geográficos: um olhar sobre estratégias Chinesas para a África e a Ásia Central*, de autoria de André Santos da Rocha, Jonathan Christian Dias dos Santos e Pablo Ibañez, publicado na revista Geografias, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n. 2, 2020”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”

- No artigo *Cooperação Sul-Sul entre Brasil e África utilizando a geopolítica crítica para analisar a construção de hegemonia no caso do Cotton-4+Togo*, de autoria de Gustavo Luiz Xavier de Abreu publicado na revista Geografias, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n.2, 2020

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”

- No artigo *Cartografias não institucionais da pandemia: Mapeando a dispersão espacial da COVID-19 em Belo Horizonte*, de autoria de Eugenia Cerqueira, publicado na revista Geografias Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n.2, 2020”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”

- No artigo *Dinâmica hidrossedimentológica em ambiente fluvial lântico no sudoeste da Amazônia – Rio Branco – Acre: investigação inicial do processo de assoreamento em canal fluvial*, de autoria de Waldemir Lima dos Santos, Pamela Moura da Silva e José Genivaldo do Vale Moreira, publicado na revista Geografias, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n.2, 2020”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”

- No artigo *Do espaço público de lazer ao espaço público do medo o caso da Praça Waldemar Henrique na cidade de Belém (PA)*, de autoria de Elcivânia de Oliveira Barreto e Simão Bossi Santana, publicado na revista Geografias, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n.2, 2020”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”